



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

EJE - TO 2025



ESCOLA
JUDICIÁRIA
ELEITORAL
DO TOCANTINS
TRE-TO

APRESENTAÇÃO

A Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins (EJE-TO), estabelecida por meio da Resolução TRE-TO nº 17/2013, reafirma seu papel central na estrutura do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) como catalisadora do aprimoramento jurídico-eleitoral e indutora do engajamento cívico. Nossa finalidade transcende o mero repasse de informações; buscamos forjar uma cultura democrática sólida e consciente em todo o estado.

A essência da missão institucional da EJE-TO reside em oferecer uma jornada de formação contínua e qualificada. O foco primordial é o corpo funcional e consultivo da Justiça Eleitoral, envolvendo os magistrados, membros do Ministério Público, advogados e servidores, assegurando que a aplicação do Direito Eleitoral e Processual Eleitoral seja pautada pela correção técnica e pela uniformidade. Adicionalmente, estendemos esse conhecimento vital a estudantes e a todos os cidadãos interessados em compreender as engrenagens da democracia.

Com a edição da Resolução TRE-TO nº 443/2019, a Escola passou a desempenhar papel ampliado no Tribunal, assumindo de forma centralizada todas as atividades de educação, capacitação e desenvolvimento institucional. Desde então, suas ações são planejadas e executadas em alinhamento com as áreas estratégicas

da Justiça Eleitoral, com o Planejamento Estratégico do TRE-TO e com os instrumentos de governança vigentes.

Para atingir essa amplitude de propósito, a EJE-TO emprega uma diversidade de metodologias educacionais: desde cursos formais, seminários e palestras, até formatos mais dinâmicos como jornadas de estudo, rodas de conversa e ciclos temáticos. Essa estratégia visa alcançar tanto o público interno especializado quanto a sociedade em geral, solidificando a Escola como uma referência regional na difusão do Direito Eleitoral e na adoção de práticas educativas inovadoras.

A Resolução TRE-TO nº 444/2019, com redação atualizada pela Resolução TRE-TO nº 506/2021, estruturou os programas permanentes coordenados pela Escola Judiciária Eleitoral Ministro Humberto Gomes de Barros (EJE-TO), que permanecem em plena execução em 2025:

1. Programa de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas;
2. Agentes da Democracia – Formação de Eleitores e Políticos do Futuro;
3. Inclusão Política da Mulher: +Mulher +Democracia;
4. Inclusão Sociopolítica das Comunidades Quilombolas.

Estes programas são o veículo para ações de mobilização social, sensibilização e formação cidadã que visam explicitamente a inclusão sociopolítica de grupos historicamente sub-representados, como povos indígenas, jovens, mulheres, comunidades quilombolas, estudantes com necessidades específicas e pessoas idosas, abrangendo todo o território tocantinense.

Além dessas iniciativas estruturantes, a EJE-TO mantém projetos voltados a outros segmentos da sociedade, dentre os quais se destacam:

- Universitários na Justiça Eleitoral;
- Roda de Conversa com a Justiça Eleitoral.

É imprescindível reconhecer que o vigor e impacto das iniciativas da EJE-TO são um reflexo direto da dedicação ininterrupta e do profissionalismo de sua equipe. A execução, o planejamento e o constante aprimoramento das ações são possíveis graças ao trabalho integrado de servidores e colaboradores. Esse esforço

coletivo é o que garante a entrega de resultados sólidos, mensuráveis e sustentáveis, alinhados às necessidades da Justiça Eleitoral.

Reiteramos nosso profundo apreço a todos que contribuíram para o êxito das atividades da Escola Judiciária Eleitoral no ano de 2025. Renova-se, com isso, o nosso compromisso institucional com a continuidade desse trabalho essencial. A EJE-TO integra e fortalece as ações do TRE-TO no pleno cumprimento de sua missão de conduzir eleições com excelência e credibilidade, ao mesmo tempo em que fomenta a reflexão e dissemina o conhecimento sobre democracia, cidadania e direitos políticos, aprofundando o diálogo com a sociedade.

Guiados por essa compreensão, recordamos a reflexão atribuída a Aristóteles: "Nós somos o que fazemos repetidamente. A excelência, portanto, não é um ato, mas um hábito". Assim, continuamos comprometidos com a qualidade de nossas ações, fortalecendo a democracia e a cidadania.



AGENTES DA DEMOCRACIA FORMAÇÃO DE ELEITORES E POLÍTICOS DO FUTURO

Objetivo:

Despertar a consciência cívica e formar jovens eleitores protagonistas do processo democrático, promovendo seu interesse pela política e preparando-os para participar, com responsabilidade e autonomia, das decisões que influenciam o futuro do país. Por meio de palestras, vivências práticas, atividades interativas, eleições simuladas e aproximação com a Justiça Eleitoral, o projeto busca incentivar o engajamento estudantil, fortalecer valores democráticos e contribuir para a construção de uma geração mais crítica, participativa e comprometida com a sociedade. Ao integrar educação, cidadania e vivência democrática, o projeto não apenas informa, ele inspira jovens a perceberem que a democracia precisa deles e que o futuro do país começa, também, na sala de aula.

Resultados das ações em 2025

Participantes: 11.650

Municípios alcançados: 106

Ações realizadas: 141





INCLUSÃO POLÍTICA DA MULHER: +MULHER +DEMOCRACIA

Objetivo:

Promover a formação cidadã de jovens e mulheres, com o propósito estratégico de impulsionar a transição da democracia representativa para a participativa no país. A finalidade central é forjar uma nova geração de eleitoras e líderes políticas do futuro, estimulando a participação ativa e autônoma no processo político-eleitoral.

Para alcançar essa meta, a iniciativa se estrutura em três pilares: educação, informação e atividades interativas. Simultaneamente, o programa busca fortalecer o protagonismo feminino na esfera pública, ampliando o conhecimento das participantes sobre seus direitos e deveres cívicos e incentivando sua presença ativa na política. Dessa forma, o +MULHER +DEMOCRACIA contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais justa, informada e verdadeiramente democrática.

A "Semana da Mulher" realizada em Araguaína, no período de 20 a 24 de outubro de 2025, foi um ponto alto do programa + Mulher + Democracia na 1ª Zona Eleitoral. O evento alcançou uma alta repercussão e reuniu um público diversificado, composto por estudantes do ensino médio, universitários, homens e mulheres interessados em dialogar sobre cidadania, democracia e a participação política feminina.

Resultados das ações em 2025

Participantes: 1.031

Municípios alcançados: 3

Ações realizadas: 11





INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Objetivo:

Combater ativamente a desigualdade racial por meio da realização de eventos que promovam a conscientização cívica e a preparação política desses eleitores. Acreditamos que a inclusão sociopolítica só é alcançada por meio do diálogo construtivo e do conhecimento aprofundado dos obstáculos que prejudicam o exercício pleno da cidadania. Ao estimular e preparar esses eleitores para o processo democrático, o programa não apenas cumpre o dever constitucional de garantir seus direitos, mas também enriquece o debate público com as perspectivas, experiências e demandas únicas desses grupos, contribuindo decisivamente para um Tocantins mais justo, equitativo e verdadeiramente democrático.

Resultados das ações em 2025

Participantes: 244

Municípios alcançados: 3

Ações realizadas: 7





INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS

Objetivo:

Promover a efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas, por meio da construção de instrumentos que assegurem o respeito à sua identidade cultural, à sua organização social, às suas crenças e tradições, bem como o fortalecimento de sua participação social e política, buscando reduzir as desigualdades, combater todas as formas de discriminação e garantir a aplicação concreta dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

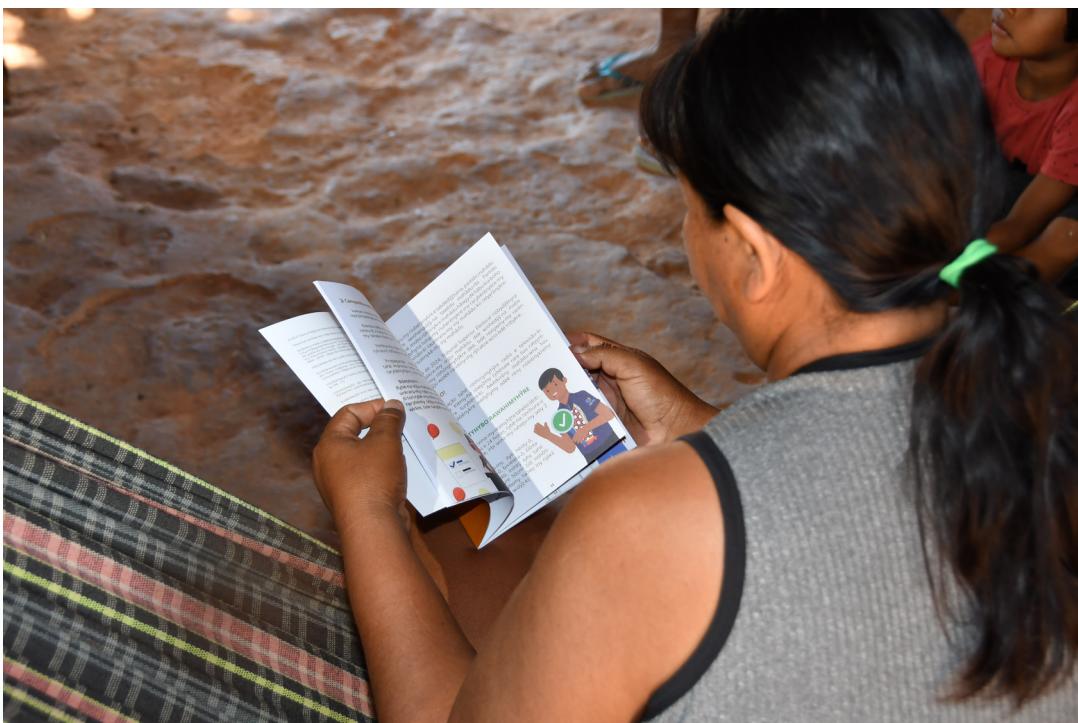
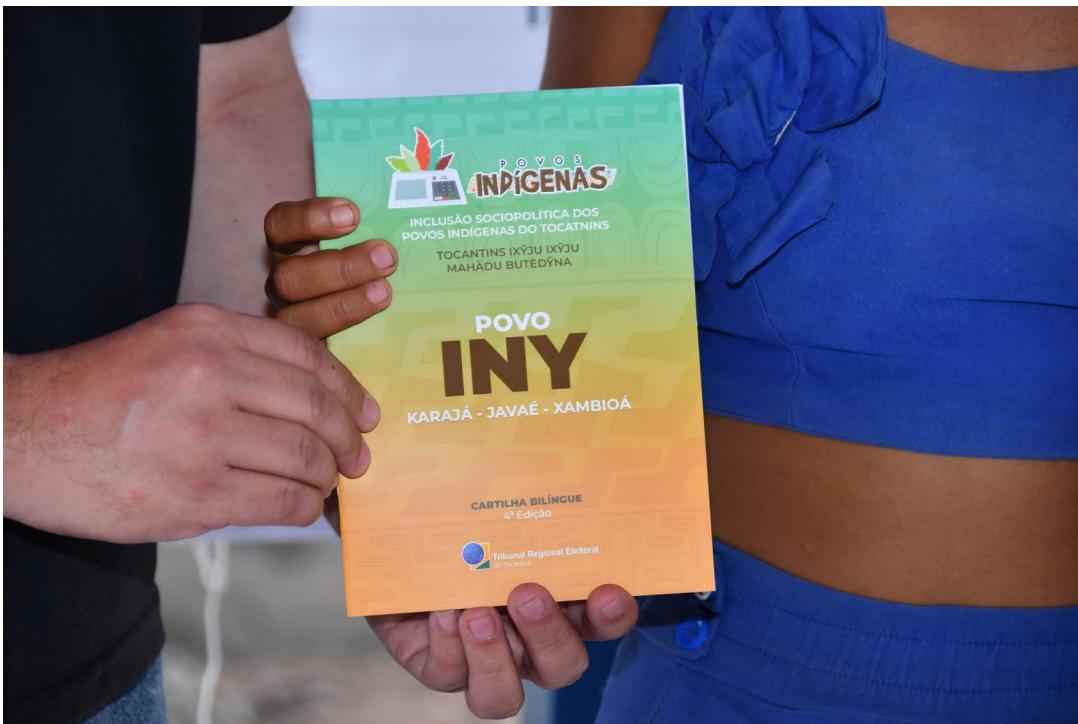
Resultados das ações em 2025

Participantes: 12

Municípios alcançados: 1

Ações realizadas: 1





UNIVERSITÁRIOS NA JUSTIÇA ELEITORAL

Objetivo:

Capacitar e inspirar acadêmicos de Direito, proporcionando uma imersão no funcionamento estratégico da Justiça Eleitoral e fomentando a compreensão aprofundada do processo de execução das eleições. Com foco no Direito Eleitoral, o propósito é incentivar o desenvolvimento de futuros profissionais críticos e proativos, estimulando sua participação ativa e consciente neste campo jurídico vital para a saúde da democracia brasileira.

Resultados das ações em 2025

Participantes: 26

Municípios alcançados: 1

Ações realizadas: 1





CAPACITAÇÕES

1 e 2º SEMESTRE DE 2025

Curso: DESCOMPLICANDO O DATAJUD

Data: 4 e 5 de abril de 2025

Carga Horária: 6 horas-aula

Nº SEI: 0002309-34.2025.6.27.8060

Instrutor: Gabriel Monteiro

PARTICIPANTES			
Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
13	0	0	0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Dia 1 – Fundamentos do DataJud e Estatísticas Processuais

- Introdução ao DataJud: conceito, finalidade e funcionamento.
- Processos de alimentação, envio e qualidade dos dados.
- Tabelas Processuais Unificadas.
- Principais Variáveis
- Situações Datamart

Dia 2 – Indicadores do Eixo de Produtividade do Prêmio CNJ de Qualidade

- Reduzir a Taxa de Congestionamento líquida
- Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos
- Metas Nacionais do Poder Judiciário
- Julgar ou baixar os processos mais antigos
- Celeridade processual na tramitação das ações penais
- Índice de atendimento à demanda

Objetivo: capacitar servidores e equipes técnicas no uso eficiente do DataJud e das estatísticas processuais, proporcionando compreensão dos fundamentos do sistema, de seus processos de alimentação, envio e qualificação dos dados, bem como das Tabelas Processuais Unificadas, principais variáveis e situações do Datamart. Também buscou desenvolver a habilidade de interpretar e aplicar os indicadores do Eixo de Produtividade do Prêmio CNJ de Qualidade, incluindo taxa de congestionamento líquida, tempo médio de duração dos processos pendentes, análise de processos mais antigos, metas nacionais e celeridade em ações penais, fortalecendo a capacidade institucional de utilizar dados de forma estratégica para aprimorar a gestão e os resultados judiciais.

Curso: PRÁTICA JURÍDICA COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Data: 22, 23 e 24 de abril de 2025

Carga Horária: 8 horas-aula

Nº SEI: 0002120-93.2025.6.27.8080

Instrutor: Felipe Soares Damous e Rodrigo Otávio Terças Santos

PARTICIPANTES

Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
54	0	0	1

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Módulo 1: Fundamentos da IA para a Justiça Eleitoral

Introdução à Inteligência Artificial Generativa e suas possibilidades no âmbito da Justiça Eleitoral. Aspectos éticos, segurança institucional e boas práticas no uso responsável da IA. Demonstração e configuração inicial completa do ChatGPT adaptada ao ambiente técnico do TRE/TO.

Módulo 2: Engenharia de Prompts Aplicada às Atividades do TRE

Técnicas especializadas para otimizar a utilização do ChatGPT nas atividades específicas do TRE/TO, incluindo análise de processos eleitorais, redação técnica, decisões judiciais e consultas jurídicas voltadas ao contexto eleitoral.

Módulo 3: Aplicações Práticas na Jurisdição e Gestão Administrativa

Aplicação prática da IA Generativa na redação técnica de documentos institucionais, decisões, sentenças, pareceres e notas técnicas, com ênfase na precisão, clareza e qualidade das análises produzidas pelo TRE/TO.

Módulo 4: Prática Supervisionada e Ferramentas Complementares

Sessões práticas supervisionadas utilizando casos concretos e apresentação complementar de outras ferramentas avançadas de IA Generativa, especialmente selecionadas para atender às demandas e necessidades específicas dos servidores e magistrados do TRE/TO.

Objetivo: aprimorar o uso seguro, ético e eficiente da IA Generativa, integrando a tecnologia às rotinas jurídicas e administrativas. A capacitação abordou desde os fundamentos da IA aplicada à Justiça Eleitoral e sua configuração institucional, até técnicas de engenharia de prompts e aplicações práticas na análise de processos, redação técnica, decisões e pareceres. Também incluiu atividades supervisionadas e o uso de ferramentas complementares, fortalecendo a qualidade e a agilidade do trabalho desenvolvido no Tribunal.

Curso: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ELEITORAL - EXPODIREITO BRASIL

Data: 23 e 24 de maio de 2025

Nº SEI: 0019009-08.2024.6.27.8000

Instrutor: Pedro Lenza, Flávio Tartuce, Valmir Pontes Filho, Rogério Greco, Rodolfo Pamplona Filho, dentre outros.

PARTICIPANTES

Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
4	0	0	0

EVENTO: A ExpoDireito Brasil é um evento jurídico de abrangência nacional que reúne os maiores nomes do Direito brasileiro para dois dias de palestras, painéis e debates, experiências imersivas e networking

Objetivo: Fortalecer a governança institucional e aprimorar a gestão de pessoas, garantindo processos mais integrados, decisões mais qualificadas e um ambiente organizacional orientado ao desenvolvimento, à eficiência e à excelência no serviço público.

Curso: CONSTRIÇÕES JUDICIAIS E BUSCA DE ENDEREÇOS E INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Data: 9 de julho de 2025

Carga Horária: 2 horas-aula

Nº SEI: 0004133-58.2025.6.27.8050

Instrutor: Daibson Pereira Maciel

PARTICIPANTES

Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
67	0	0	14

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Módulo 1: SISBAJUD

- Como gravar ordens de busca de valores, executar os desdobramentos e colher as respostas.
- Como gravar ordem de busca de informações bancárias e colher os resultados.
- Como gravar ordem de busca de endereços e colher os resultados.
- Orientações gerais acerca da utilização prática da plataforma.

Módulo 2: RENAJUD

- Consulta à situação de veículos quanto à existência de restrições anteriores e seus desdobramentos.
- Gravação de ordem de constrição veicular e suas diferentes finalidades.
- Baixa de constrição veicular já existente.
- Busca de endereços.
- Orientações gerais acerca da utilização prática da plataforma.

Módulo 3: CNIB

- Gravação das ordens de indisponibilidade.
- Consulta e interpretação das respostas.
- Levantamento de indisponibilidades ativas.
- Orientações gerais acerca da utilização prática da plataforma.

Módulo 4: INFOJUD

- Gravações de pedidos de consulta às declarações e análise das respostas.
- Consulta de endereço no sistema.
- Orientações gerais acerca da utilização prática da plataforma.

Módulo 5: SERASAJUD

- Inclusão de devedores no sistema e consulta às respostas.
- Exclusão de devedores do cadastro.
- Consulta de endereço no sistema.
- Orientações gerais acerca da utilização prática da plataforma.

Objetivo: aprimorar as competências técnicas dos participantes na operação dos sistemas SISBAJUD, RENAJUD, CNIB, INFOJUD e SERASAJUD, assegurando o uso correto, produtivo e alinhado às melhores práticas.

Curso: **COMPREENSÃO DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E SEU IMPACTO NO DIREITO BRASILEIRO**

Data: 5 e 7 de agosto de 2025

Carga Horária: 8 horas-aula

Nº SEI: 0005554-90.2025.6.27.8080

Instrutor: Liziane Paixão Silva Oliveira

PARTICIPANTES

Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
8	0	4	2

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Introdução ao Sistema Interamericano (1h)

- Origem da OEA e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos
- Características do sistema regional
- Direitos consagrados na Convenção

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (1h30)

- Composição, competências e funções
- Procedimento de petições e medidas cautelares
- Relatórios de admissibilidade e mérito

Corte Interamericana de Direitos Humanos (2h)

- Composição e funcionamento
- Competência consultiva e contenciosa
- Execução das sentenças
- Participação das vítimas e organizações da sociedade civil

Jurisprudência da Corte IDH (2h)

- Casos paradigmáticos:
- Impactos jurisprudenciais e diálogo entre cortes

Obrigações dos Estados e controle de convencionalidade (1h30)

- Deveres de respeito e garantia (art. 1.1 e 2 da CADH)
- Controle de convencionalidade pelas autoridades internas

Objetivo: Proporcionar aos participantes uma compreensão sólida e integrada do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, capacitando-os a identificar suas instituições, mecanismos, jurisprudência e obrigações estatais, de modo a aplicar esses conhecimentos na prática profissional e no fortalecimento da proteção dos direitos humanos no âmbito interno.

Curso: **TRILHA DE CAPACITAÇÃO DOS GABINETES**

Data: 8, 9 e 10 de outubro de 2025

Carga Horária: 20 horas-aula

Nº SEI: 0007196-47.2025.6.27.8000

PARTICIPANTES

Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
6	0	0	0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Dolo Específico Como Requisito das Inelegibilidades Decorrentes de Rejeição de Contas Públicas e Por Condenação Por Improbidade Administrativa (Alíneas g e I, Respectivamente, do Inciso I da Lei Complementar 64/90), e Seus Reflexos no Exame do Registro de Candidatura
- Uso Indevido dos Meios de Comunicação Social: Desafios da Internet e Redes Sociais
- Inteligência Artificial
- Os Desafios Cotidianos na Atuação em Gabinetes

Objetivo: capacitar os participantes a compreenderem os critérios de inelegibilidade relacionados ao dolo específico, enfrentar os desafios do uso indevido dos meios de comunicação social nas redes, entender o papel da Inteligência Artificial no contexto institucional e aprimorar a atuação diante das demandas cotidianas dos gabinetes.

Curso: **TOMADA DE DECISÃO E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: DO DIREITO AO FATO**

Data: 4 e 5 de setembro de 2025

Carga Horária: 8 horas-aula

Nº SEI: 0005554-90.2025.6.27.8080

Instrutor: Tiago Gagliano Pinto Alberto

PARTICIPANTES			
Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
6	0	0	0

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
<ul style="list-style-type: none"> - Psicologia do testemunho: o que é e para que serve - Atuais metodologias de análise da prova - Contexto de descoberta e de justificação - Impropriedade das técnicas atuais - Sistemas de raciocínio: teorias dual, substancial e procedural - Heurísticas, vieses e ruído - Paradigma construtivista - A teoria do monitoramento da fonte - Teoria do traço difuso <p>Objetivo: aprimorar a capacidade dos participantes de tomar decisões jurídicas fundamentadas e construir argumentos robustos a partir da análise crítica das provas, compreendendo os limites da psicologia do testemunho, os sistemas de raciocínio humano, heurísticas, vieses e ruídos, bem como as teorias contemporâneas sobre formação e avaliação da memória, de modo a fortalecer a conexão entre o direito e a realidade fática subjacente.</p>

Curso: CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA MAGISTRATURA ELEITORAL (1ª TRANSMISSÃO SÍNCRONA)

Data: 5 de setembro de 2025

Nº SEI: 0006654-29.2025.6.27.8000

PARTICIPANTES			
Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
0	30	0	0

Curso: DIREITO ELEITORAL SUMULAR

Data: 15, 16 e 17 de setembro de 2025

Carga Horária: 12 horas-aula

Nº SEI: 0001384-75.2025.6.27.8080

Instrutor: Edmilson Rufino de Lima Junior's

PARTICIPANTES			
Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
29	0	0	2

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. O Sistema de Precedentes no Código de Processo Civil: Relevância e Aplicabilidade ao Direito Eleitoral;
2. Níveis de vinculação dos provimentos jurisdicionais e o papel dos enunciados sumulares;
3. Anotações Gerais Sobre a Elaboração, Modificação e Revogação de Súmulas;
4. Apresentação e Análise Crítica das Súmulas do TSE com Conteúdo
5. Apresentação e Análise Crítica Das Súmulas Do Tse Com Conteúdo Evidentemente Eleitoral
6. Apresentação e Análise Crítica das Súmulas do STF com Repercussão Eleitoral Direta;
7. 5.1 Súmula 72/STF;
8. 5.2 Súmula 728/STF; Súmula Vinculante 18/STF
9. Conclusão e Outras Questões Práticas.

Objetivo: capacitar os participantes a compreenderem a estrutura e a importância do sistema de precedentes no Código de Processo Civil e sua aplicação no Direito Eleitoral, analisando os diferentes níveis de vinculação das decisões judiciais, o papel das súmulas e o processo de sua elaboração, modificação e revogação. Buscou-se, ainda, desenvolver a habilidade de interpretar criticamente as súmulas do TSE e do STF com repercussão eleitoral, compreendendo seus fundamentos, alcance e impacto prático na atuação jurisdicional e administrativa da Justiça Eleitoral.

Curso: PROCESSO PENAL ELEITORAL

Data: 6, 8, 9 e 10 de outubro de 2025

Carga Horária: 16 horas-aula

Nº SEI: 0008551-46.2025.6.27.8080

Instrutor: Luiz Carlos dos Santos Gonçalves

PARTICIPANTES

Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
22	0	0	3

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

A- Introdução ao processo penal eleitoral

1. As funções do processo penal.
2. Disposições do Código Eleitoral sobre processo penal.
3. Aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Penal.
4. Resolução n. 23.640/2021 do TSE.
5. A Polícia Judiciária Eleitoral.
6. O Ministério Público Eleitoral.

B. Competência criminal eleitoral e foro por prerrogativa de função

1. Competência para processar e julgar crimes eleitorais.
2. O foro por prerrogativa de função.
- 2.1. A Decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 937, no Habeas Corpus nº 232627 e no Inquérito 4787, em 11 de março de 2025.

C- Crimes conexos aos eleitorais

1. Modalidades de conexão.
2. O artigo 35 do Código Eleitoral.
3. A decisão do Supremo Tribunal Federal no Inquérito 4.435.
4. A decisão do Supremo Tribunal Federal na Reclamação 45.439/RJ.
5. O crime de falsidade ideológica eleitoral nos casos de “Caixa 2” e sua força atrativa de crimes comuns conexos.
6. As varas criminais eleitorais especializadas: análise da Resolução n. 23.618, de 7 de maio de 2020, do TSE, atualizada pela Res. n. 23.691, de 2022.
7. Resolução nº 511/2021 do TRE-TO.

D – O juiz eleitoral de garantias

1. Lei 13.964/2019.
2. Resolução nº 23.740/2024 do TSE.
3. Resolução nº 593/2024 do TRE-TO.

Objetivo: capacitar os participantes a compreenderem a estrutura e a importância do sistema de precedentes no Código de Processo Civil e sua aplicação no Direito Eleitoral, analisando os diferentes níveis de vinculação das decisões judiciais, o papel das súmulas e o processo de sua elaboração, modificação e revogação. Buscou-se, ainda, desenvolver a habilidade de interpretar criticamente as súmulas do TSE e do STF com repercussão eleitoral, compreendendo seus fundamentos, alcance e impacto prático na atuação jurisdicional e administrativa da Justiça Eleitoral.

Curso: CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA MAGISTRATURA ELEITORAL (2ª TRANSMISSÃO SÍNCRONA)

Data: 17 de outubro de 2025

Nº SEI: 0006654-29.2025.6.27.8000

PARTICIPANTES			
Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
0	29	0	2

Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
0	29	0	2

Curso: 1º SEMINÁRIO CIENTÍFICO DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO TOCANTINS, INTITULADO “DO MESTRADO À PRÁTICA: CONSTRUINDO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO”

Data: 28 de outubro de 2025

Carga Horária: 6 horas-aula

Nº SEI: 0006609-76.2025.6.27.8080

PARTICIPANTES			
Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
106	0	0	40

Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
106	0	0	40

Corpo Docente e Conteúdo Programático:

Excelentíssima Desembargadora Ângela Issa Haonat

Tema: Pesquisa, Justiça e Futuro: A Construção do Conhecimento na Era da Inteligência Artificial e da Transformação Social

Mestra: Helaine Christina Rocha Pinto

Tema: O voto da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida no Estado do Tocantins: a atuação da Justiça Eleitoral visando assegurar o direito à acessibilidade no dia da eleição.

Mestre: Guilherme Aires Loureiro

Tema: O voto do preso provisório e do adolescente internado no estado do Tocantins.

Mestra: Wagna Cristiane Ribeiro dos Santos

Tema: A Participação Feminina Na Política No Estado Do Tocantins E O Programa “Inclusão Política Da Mulher: +Mulher +Democracia” Do Tribunal Regional Eleitoral Do Tocantins.

Mestre: Domingos Galvão de Melo

Tema: A Central Virtual de Atendimento ao Eleitor No Judiciário Tocantinense Como Forma de Acesso à Justiça.

Observações gerais: O 1º Seminário Científico realizou-se com o propósito de fortalecer a cultura de pesquisa, inovação e compartilhamento de saberes no âmbito da Justiça Eleitoral tocantinense. Nos últimos anos, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins investiu de forma estratégica na qualificação de seus servidores, apoiando a realização de cursos de mestrado alinhados às demandas institucionais. Nesse seminário, esses profissionais puderam apresentar à comunidade eleitoral os conhecimentos adquiridos e os resultados de suas pesquisas, como forma de retorno técnico e científico desse investimento.

O evento integrou estudos que dialogam diretamente com desafios concretos da Justiça Eleitoral, envolvendo temas como acessibilidade, cidadania, inclusão política, modernização dos serviços e transformação digital. Ao conectar teoria e prática, as pesquisas demonstraram como a formação acadêmica contribui para aprimorar processos internos, aprimorar o atendimento ao cidadão e promover soluções inovadoras.

Assim, o seminário destacou o papel da Escola Judiciária Eleitoral como espaço de difusão e valorização do conhecimento, além de reforçar o compromisso do TRE-TO com o desenvolvimento contínuo de seus servidores e com o fortalecimento institucional. A iniciativa consolidou-se, portanto, como um marco importante na transformação do aprendizado acadêmico em melhorias efetivas para a Justiça Eleitoral e para a sociedade tocantinense.

Curso: ATUALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL COM FOCO NAS ELEIÇÕES DE 2026

Data: 5 e 6 de novembro de outubro de 2025

Carga Horária: 6 horas-aula

Nº SEI: 0001385-60.2025.6.27.8080

Instrutor: Vitor de Andrade Monteiro

PARTICIPANTES

Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
27	0	5	2

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I) A importância da jurisprudência eleitoral;

II) Enunciados eleitorais;

III) Temas selecionados analisados a partir de decisões do TSE, incluindo ações eleitorais que podem resultar em cassação de mandato (como AIJE, AIME, RCED e RepEsp), desinformação no processo eleitoral, propaganda eleitoral, fidelidade partidária, inelegibilidade, captação ilícita de sufrágio e candidatura fictícia.

Objetivo: capacitar os participantes a compreenderem a importância da jurisprudência eleitoral e dos enunciados como instrumentos de uniformização e segurança jurídica, analisando temas essenciais a partir de decisões do TSE. Busca-se desenvolver a habilidade de interpretar precedentes envolvendo ações eleitorais que podem resultar em cassação de mandato como AIJE, AIME, RCED e Recursos Especiais além de temas contemporâneos como desinformação, propaganda eleitoral, fidelidade partidária, inelegibilidades, captação ilícita de sufrágio e candidaturas fictícias, fortalecendo a atuação técnica e crítica no âmbito da Justiça Eleitoral.

Curso: ENCONTRO DAS RAÍZES: CONSCIÊNCIA NEGRA E CIDADANIA

Data: 14 de novembro de outubro de 2025

Carga Horária: 4 horas

Nº SEI: 0008917-34.2025.6.27.8000

Oradores do Evento: Dra. Silvana Maria Parfieniuk, Verônica Tavares Albuquerque, Mestra Felisberta Pereira da Silva, Mestre Valdomilson Patrício Pereira, Mestre Gercione Pereira da Silva e Teresa Cristina da Silva Oliveira.

Objetivo: Valorizar a diversidade e fortalecer o respeito às relações étnico-raciais, reafirmando o compromisso do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins com a inclusão e a cidadania. As performances artísticas apresentadas despertaram profunda sensibilização sobre a luta, a identidade e a resistência da população negra, ampliando a compreensão do público quanto ao enfrentamento do racismo estrutural. A participação de mestres e grupos da cultura tradicional do Tocantins enriqueceu a iniciativa, ao preservar e evidenciar saberes e expressões que compõem a identidade cultural do estado, impulsionando ações alinhadas à igualdade racial e à valorização da cultura tocantinense.

PARTICIPANTES			
Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
122	0	0	13

Curso: CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA MAGISTRATURA ELEITORAL (3ª TRANSMISSÃO SÍNCRONA)

Data: 17 de novembro de 2025

Nº SEI: 0006654-29.2025.6.27.8000

PARTICIPANTES			
Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
0	27	0	0

Curso: WORKSHOP-PILOTO “INTELIGÊNCIA AUMENTADA NA PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS: UM MODELO DE PARCERIA ENTRE O ANALISTA JURÍDICO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL”

Data: 27 de novembro de outubro de 2025

Carga Horária: 2 horas-aula

Nº SEI: 0010573-26.2025.6.27.8000

Instrutor: Alideclécio Pereira Cavalcante

PARTICIPANTES			
Servidores	Magistrados	Membros MP	Outros
13	0	0	1

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	
1. O Problema A Ser Resolvido	<ul style="list-style-type: none"> Alto Volume Processual Risco De Erros Humanos Dispêndio De Tempo Qualificado
2. A Solução Proposta: O Método Co-Piloto	<ul style="list-style-type: none"> O Piloto (Analista Jurídico) O Co-Piloto (Inteligência Artificial) Lema Do Projeto: Maximizar A Expertise Humana, Minimizando O Erro Humano.
3. Componentes Do Método	
4. O Manual De Ações E Procedimentos Eleitorais	
5. O Workflow Otimizado (O “Co-Piloto”)	
6. A Base Metodológica (Metodologia De Análise E Evidência - “Mae”)	<ul style="list-style-type: none"> A Base Cartesiana (Garantia Da Evidência) Regra Da Evidência (A Dúvida) Regra Da Análise (A Divisão) Regra Da Síntese (A Ordem) Regra Da Enumeração (A Revisão Completa)
7. Prova De Conceito: Workshop-Piloto (2 Horas)	<ul style="list-style-type: none"> Objetivo Metodologia Resultados Esperados Métricas De Sucesso (Para Fase 1) Métrica De Celeridade Métrica De Precisão Métrica De Adoção

Objetivo: aprimorar a produção de atos judiciais por meio da implementação de um modelo de inteligência aumentada, no qual analistas jurídicos e ferramentas de IA atuam de forma colaborativa, permitindo maior precisão, celeridade e segurança na elaboração de decisões, especialmente em períodos de alto volume processual.

A iniciativa busca reduzir erros factuais, otimizar o tempo dedicado a tarefas repetitivas e fortalecer a qualidade técnica das minutas judiciais, adotando um método estruturado, baseado em verificação rigorosa dos autos, fluxos padronizados e raciocínio híbrido que maximize a expertise humana e minimize falhas. Com isso, pretende-se consolidar um novo padrão de eficiência, padronização e inovação na atividade judicante do TRE-TO.

CONCLUSÃO

O ano de 2025 destacou-se pelo trabalho contínuo e pelos resultados significativos alcançados pela Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins. Programas como Agentes da Democracia, +Mulher +Democracia, Inclusão Sociopolítica das Comunidades Quilombolas e ações voltadas a estudantes universitários mostraram, na prática, a força da educação como instrumento de transformação social. Cada projeto levou informação, conscientização e incentivo à participação política a diferentes públicos e municípios, aproximando a Justiça Eleitoral da população e estimulando o exercício da cidadania de forma simples e acessível. Essas iniciativas fortaleceram vozes que muitas vezes não são ouvidas e contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa, participativa e consciente.

Nada disso seria possível sem o empenho da equipe que, com dedicação diária, fez com que cada ação saísse do planejamento e chegasse até as pessoas. O trabalho conjunto entre diretoria, coordenação, servidores e colaboradores foi essencial para o sucesso das atividades realizadas ao longo do ano. Com esse espírito de responsabilidade e compromisso, a EJE-TO encerrou 2025 com a sensação de dever cumprido e com renovada motivação para seguir avançando. Permanece firme no propósito de formar cidadãos, qualificar profissionais e fortalecer a democracia, contribuindo para uma Justiça Eleitoral mais humana, acessível e próxima da sociedade tocantinense.



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS (EJE-TO)

COMPOSIÇÃO

DIRETORIA

Desembargador Adolfo Amaro Mendes

VICE-DIRETORIA

Desembargador João Rodrigues Filho

DIRETORIA-EXECUTIVA

Ana Cecília Machado Catapan

COORDENADORIA

Juliana Avelar Lucena de Oliveira

EQUIPE

Kathiene Pimentel da Silva - Assessora

Juliana Marques dos Santos Bringel - Assistente

Janete Ferreira Araújo - Colaboradora Apoio/Administrativo

Samara Ribeiro Glória - Colaboradora Apoio/Administrativo

Greyfson Valadares de Moraes - Colaborador Apoio/Administrativo

TELEFONES:

(63) 3229-9560

(63) 3229-9565

(63) 3229-9611

(63) 3229-9690

(63) 3229-9631

E-MAIL: eje@tre-to.jus.br